

SAÚDE PÚBLICA E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (IST'S): DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

PUBLIC HEALTH AND SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS (STIS):
CHALLENGES AND PREVENTION STRATEGIES

SALUD PÚBLICA E INFECCIONES DE TRANSMISIÓN SEXUAL (ITS): DESAFÍOS
Y ESTRATEGIAS DE PREVENCIÓN

Jovelina Rodrigues dos Santos Arrais Neta¹, Fábio Augusto Costa Ferreira Rebouças², Geilton Xavier de Matos³, Maria do Livramento Cirne Ramalho Neta⁴, Jhamilly Lima Cavalcante⁵, Carina Ferreira Mendes⁶, Roniel Alef de Oliveira Costa⁷, Bianca Fantin de Souza⁸, Ivana Urpia Gomes Rabello⁹, Juan Diego Ribeiro de Almeida¹⁰, Victor Renan de Araújo Silva¹¹, Laiane Pereira da Silva¹², Marco Aurélio Miranda Mendes¹³, Isabeli Cristine Barbosa Sales¹⁴, Andreia Batista Santos¹⁵, Alessandro Medeiros Pedro¹⁶

DOI: 10.54899/dcs.v22i83.3520

¹ Mestra em Saúde da Família, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Floriano, Piauí, Brasil.

E-mail: jovelina17cdb@hotmail.com

² Mestre em Epidemiologia, Universidade Veiga de Almeida (UVA), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: fabio.reboucas@uva.br

³ Mestre em Ciências, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: geilton.matos@uemg.br

⁴ Graduando em Medicina, Faculdade de Ciências Médicas - Afya Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

E-mail: netinharamalho@hotmail.com

⁵ Graduanda em Medicina, Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Augustinópolis, Tocantins, Brasil.

E-mail: jhamillylimacavalcante@gmail.com

⁶ Pós-Graduação em Qualidade e Segurança do Cuidado em Saúde para Preceptores do SUS - QSUS pelo Instituto Sírío Libanês de Ensino e Pesquisa, Anhanguera Macapá, Macapá, Amapá, Brasil.

E-mail: enf.carina.mendes@gmail.com

⁷ Graduado em Bacharelado em Fisioterapia, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Teresina, Piauí, Brasil.

E-mail: fisioalefoliveira@hotmail.com

⁸ Pós-Graduada em Dermatologia, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: bibs.fantin@gmail.com

⁹ Sanitarista, Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia (ESPBA), Salvador, Bahia, Brasil.

E-mail: ivanaurpia@gmail.com

¹⁰ Mestre em Biotecnologia e Recursos Naturais da Amazônia, Faculdade Estácio do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: juanalmd@yahoo.com

¹¹ Graduando em Enfermagem, Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro (FACAL), Limoeiro, Pernambuco, Brasil. E-mail: vrenan2581@gmail.com

¹² Graduado em Farmácia Generalista, Centro Universitário UNITPAC, Araguaína, Tocantins, Brasil.

E-mail: Laiane_lon@hotmail.com

¹³ Especialização em Gestão da Assistência Farmacêutica, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, Brasil. E-mail: m.aureliomm12@gmail.com

¹⁴ Graduanda em Medicina, Faculdade Cathedral. E-mail: janisaraaciole@hotmail.com

¹⁵ Mestranda em Saúde da Família, Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (RENASF), Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Maceió, Alagoas, Brasil.

E-mail: andreia.batista@academico.uncisal.edu.br

¹⁶ Doutorando em Biociências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

E-mail: alessandroctg@hotmail.com

Recibido: 02/09/2025 | Aceptado: 26/09/2025 | Publicación en línea: 03/10/2025.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pela saúde pública no controle e prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), assim como identificar as estratégias adotadas por profissionais da área para conter a disseminação dessas doenças. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, realizada com 15 profissionais de saúde atuantes na atenção básica, selecionados por amostragem intencional. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados com base na análise de conteúdo. Os resultados revelam que os principais desafios enfrentados são o preconceito, a desinformação da população, a sobrecarga de trabalho das equipes e a falta de campanhas educativas contínuas. Em contrapartida, estratégias como acolhimento humanizado, parcerias com escolas e uso das redes sociais têm sido utilizadas como formas de prevenção e educação em saúde.

Palavras-chave: Saúde. Saúde pública. Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). Prevenção.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the challenges faced by public health in the control and prevention of Sexually Transmitted Infections (STIs), as well as to identify the strategies adopted by professionals in this field to contain the spread of these diseases. This is an exploratory and qualitative study conducted with 15 health professionals working in primary care, selected by intentional sampling. Data were collected through semi-structured interviews and analyzed using content analysis. The results reveal that the main challenges faced are prejudice, public misinformation, team workload, and the lack of ongoing educational campaigns. Conversely, strategies such as humane reception, partnerships with schools, and the use of social media have been used as forms of prevention and health education.

Keywords: Health. Public health. Sexually Transmitted Infections (STIs). Prevention.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar los desafíos que enfrenta la salud pública en el control y la prevención de las Infecciones de Transmisión Sexual (ITS), así como identificar las estrategias adoptadas por los profesionales de este campo para contener la propagación de estas enfermedades. Se trata de un estudio exploratorio y cualitativo realizado con 15 profesionales de la salud que trabajan en atención primaria, seleccionados mediante muestreo intencional. Los datos se recopilaron mediante entrevistas semiestructuradas y se analizaron mediante análisis de contenido. Los resultados revelan que los principales desafíos son los prejuicios, la desinformación pública, la carga de trabajo del equipo y la falta de campañas educativas continuas. Por otro lado, se han utilizado estrategias como la acogida humana, la colaboración con las escuelas y el uso de las redes sociales como formas de prevención y educación para la salud.

Palabras clave: Salud. Salud pública. Infecciones de Transmisión Sexual (ITS). Prevención.



INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) representam um importante problema de saúde pública em escala global, afetando milhões de pessoas e gerando impactos significativos na qualidade de vida, saúde sexual e reprodutiva. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de um milhão de pessoas contraem uma IST diariamente, número que evidencia a urgência em ampliar ações de prevenção e controle. No Brasil, a realidade não é diferente: dados do Ministério da Saúde mostram o crescimento de casos de sífilis, HIV e outras ISTs, especialmente entre jovens e populações vulneráveis (Carvalho *et al.*, 2020).

As ISTs são transmitidas predominantemente por meio do contato sexual desprotegido, mas também podem ocorrer por vias como transfusão sanguínea contaminada, uso compartilhado de seringas e, em alguns casos, da mãe para o filho durante a gestação ou parto. Apesar do avanço nas formas de diagnóstico e tratamento, muitos indivíduos permanecem sem acesso adequado aos serviços de saúde ou mesmo desconhecem que estão infectados, favorecendo a cadeia de transmissão (Albuquerque, *et al.*, 2022).

A prevenção das ISTs, portanto, não depende apenas da disponibilidade de preservativos ou testes rápidos. Envolve, sobretudo, políticas públicas eficazes, estratégias de educação em saúde, promoção de comportamentos seguros e combate ao estigma social que cerca essas doenças. O preconceito, muitas vezes, impede que as pessoas busquem atendimento médico, façam testes de rotina ou conversem abertamente sobre sua saúde sexual (Costa *et al.*, 2023).

No contexto da saúde pública brasileira, os profissionais da atenção básica desempenham um papel crucial no combate às ISTs. São eles que, nas unidades de saúde da família, escolas, comunidades e centros de referência, realizam ações de promoção à saúde, orientação sobre o uso correto de preservativos, aconselhamento pré e pós-teste e encaminhamento para tratamento adequado (Cunha; Cruz, 2022).

Entretanto, esses profissionais enfrentam uma série de obstáculos, como falta de insumos, carga excessiva de trabalho, dificuldade de abordagem junto a determinados públicos, e até mesmo ausência de capacitação contínua para lidar com temas relacionados à sexualidade e infecções. Soma-se a isso a dificuldade de acesso de parte da população aos serviços de saúde,

sobretudo em áreas remotas ou periféricas (Albuquerque, *et al.*, 2022).

Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como esses profissionais lidam com tais desafios e quais estratégias têm sido efetivas para conter a disseminação das ISTs em suas realidades locais. Essa compreensão é essencial para o fortalecimento de políticas públicas e ações de prevenção que sejam realmente adaptadas às necessidades da população. Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios enfrentados por profissionais de saúde pública na prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), bem como identificar as estratégias utilizadas para enfrentar esses obstáculos em contextos diversos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, com o intuito de compreender em profundidade as experiências, percepções e práticas dos profissionais de saúde no enfrentamento das ISTs no âmbito da saúde pública. A opção por essa abordagem justifica-se pelo caráter subjetivo e interpretativo do tema, que exige análise do contexto, das relações sociais e da prática cotidiana dos profissionais (Lima; Menezes, 2025; Lima; Domingues Junior, 2023; Lima; Domingues; Silva, 2024; Lima; Domingues Júnior; Silva, 2024; Lima; Domingues Junior; Gomes, 2025; Lima; Silva; Domingues Júnior, 2024; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Brito; Silva; Carmo, 2022).

A amostra foi composta por 15 profissionais de saúde atuantes em unidades da atenção básica de saúde da rede pública de um município de médio porte. Os participantes foram selecionados por amostragem intencional, buscando-se incluir diferentes perfis profissionais (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde e psicólogos) que tivessem experiência direta com ações de prevenção e cuidado de ISTs.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com duração média de 30 a 45 minutos, conduzidas individualmente em local reservado nas unidades de saúde. As entrevistas foram gravadas com consentimento dos participantes, seguindo os preceitos éticos da pesquisa em saúde, e posteriormente transcritas na íntegra para análise. O roteiro de entrevista abordava temas como: percepção sobre o aumento de casos de ISTs, principais desafios enfrentados, estratégias de prevenção utilizadas e sugestões para melhoria dos serviços. As falas dos profissionais foram codificadas com siglas (E01, E02, etc.) para garantir o anonimato dos participantes.

O primeiro tópico do roteiro de perguntas envolveu questões atreladas à desinformação e ao estigma relacionados às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Os profissionais foram convidados a relatar como percebem o nível de conhecimento da população sobre as formas de transmissão, sintomas, prevenção e tratamento das ISTs. Além disso, foi investigado de que maneira o preconceito e o julgamento social impactam o acesso das pessoas aos serviços de saúde. As perguntas também exploraram como esses fatores interferem na procura por testes, no uso de preservativos e na adesão ao tratamento por parte dos usuários.

O segundo tópico abordou as barreiras estruturais enfrentadas nas unidades de saúde para a prevenção e controle das ISTs. As perguntas direcionaram os profissionais a descreverem as limitações do ponto de vista físico, logístico e institucional, como a falta de insumos (preservativos, testes rápidos), escassez de recursos humanos, infraestrutura inadequada e excesso de demanda. Também se investigou como essas limitações afetam a rotina dos serviços e comprometem a qualidade do atendimento oferecido à população.

O terceiro tópico buscou compreender as estratégias de prevenção adotadas pelos profissionais diante das adversidades encontradas. Foram abordadas perguntas sobre ações educativas realizadas, métodos de abordagem com diferentes públicos, uso de mídias e redes sociais, e práticas de acolhimento humanizado. Os entrevistados foram incentivados a relatar experiências exitosas na promoção da saúde sexual e reprodutiva, bem como a compartilhar iniciativas locais que têm se mostrado eficazes na prevenção das ISTs em suas comunidades.

Por fim, o quarto tópico tratou das sugestões para melhoria dos serviços e das políticas públicas voltadas à prevenção das ISTs. As perguntas encorajaram os profissionais a refletirem sobre possíveis mudanças estruturais, organizacionais e formativas que poderiam contribuir para o fortalecimento do cuidado em saúde sexual. Foram levantadas propostas relacionadas à capacitação das equipes, ampliação do acesso, integração com escolas e outras instituições, e necessidade de campanhas educativas contínuas.

RESULTADOS E ANÁLISE

Os relatos dos profissionais entrevistados revelaram diversos aspectos que dificultam ou favorecem a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) no contexto da saúde pública. A análise das falas permitiu a organização dos dados em quatro categorias temáticas principais: 1) Desinformação e estigma; 2) Barreiras estruturais; 3) Estratégias de prevenção

adotadas; 4) Sugestões para melhoria dos serviços. Cada categoria reuniu percepções e experiências significativas que refletem a realidade do enfrentamento das ISTs nas unidades básicas de saúde.

Os profissionais foram unânimes em apontar a desinformação da população como um dos principais desafios enfrentados. Essa desinformação, segundo os entrevistados, manifesta-se tanto na falta de conhecimento básico sobre formas de contágio e prevenção quanto na presença de mitos e crenças equivocadas. Segundo E05, “muitas pessoas ainda acreditam que IST é coisa do passado ou que só acontece com quem tem muitos parceiros”. A fala de E08 reforça essa percepção ao afirmar que “os jovens, especialmente, têm muito acesso à internet, mas pouca educação sexual de verdade. Acabam confiando em mitos, vídeos e desinformações compartilhadas nas redes”. Esse cenário prejudica a conscientização e favorece a disseminação silenciosa das infecções, pois muitos indivíduos sequer reconhecem os sintomas ou compreendem a necessidade de testagem regular.

Outro ponto recorrente foi o estigma social em torno das ISTs, o que contribui para o silêncio, a negação e a evasão dos serviços de saúde. Para E02, “quando a gente fala em IST, muitos pacientes se sentem envergonhados, acham que estamos julgando. Isso atrapalha o vínculo, porque o medo de serem rotulados é muito maior do que o risco da própria doença”. E11 complementa: “temos que ter muito cuidado na abordagem, porque o preconceito ainda é muito forte. Alguns pacientes até deixam de voltar à unidade por vergonha”. Esse estigma afeta especialmente as populações mais vulneráveis, como jovens, mulheres, homens que fazem sexo com homens e pessoas LGBTQIA+, dificultando a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado.

Em relação às barreiras estruturais, os profissionais relataram dificuldades ligadas à falta de insumos, recursos humanos e suporte institucional. A ausência de materiais básicos, como preservativos e testes rápidos, compromete a efetividade das ações. E06 explicou: “às vezes faltam preservativos na unidade, ou os testes rápidos acabam e demoram a repor. Isso causa frustração tanto para a equipe quanto para o paciente”. Já E10 destacou a sobrecarga de trabalho como um fator crônico: “temos tantas demandas na unidade que fica difícil planejar ações específicas para prevenção. Muitas vezes, a saúde sexual acaba ficando em segundo plano diante de urgências clínicas”.

A falta de campanhas educativas contínuas também foi evidenciada como uma lacuna importante. E13 afirmou: “a gente vê campanha grande só no carnaval e no dezembro vermelho.

O resto do ano é esquecido, e o problema continua”. E04 ressaltou que “a prevenção precisa ser contínua, porque o risco está presente o tempo todo. Muitos adolescentes e até adultos não têm acesso a informações claras sobre o assunto”. A ausência de uma comunicação institucional ativa contribui para a naturalização do problema e reduz a eficácia das ações pontuais.

Apesar desses desafios, os profissionais relataram diversas estratégias de prevenção que vêm sendo desenvolvidas nas unidades. Entre elas, o acolhimento humanizado foi destacado como essencial para criar vínculo com o usuário e reduzir o medo do julgamento. E01 disse: “quando o paciente sente que não está sendo julgado, ele se abre mais, aceita fazer o teste e ouvir as orientações”. E09 reforçou: “a escuta é fundamental. A maioria das pessoas só precisa de um espaço seguro para falar sobre suas dúvidas e medos”. O acolhimento aparece, portanto, como uma ferramenta tanto de cuidado quanto de prevenção.

As parcerias com escolas foram apontadas como estratégias eficazes para alcançar adolescentes e jovens, considerados grupos prioritários. E07 relatou: “já fizemos rodas de conversa em escolas da região e o resultado foi muito bom, os adolescentes participaram bastante, fizeram perguntas, mostraram interesse”. E12 compartilhou experiência semelhante: “quando levamos informação para o ambiente escolar, conseguimos atingir um público que muitas vezes não vem à unidade de saúde. Lá eles estão mais receptivos”. Essas ações intersetoriais demonstram o potencial da educação como aliada da saúde na prevenção das ISTs.

Outra estratégia relevante mencionada foi o uso das redes sociais como ferramenta educativa. E03 contou: “temos uma página no Instagram da unidade onde publicamos vídeos curtos sobre prevenção, uso correto do preservativo, sintomas das ISTs... muita gente interage, compartilha, comenta”. E14 afirmou que “as redes sociais são uma ferramenta poderosa, especialmente para alcançar os mais jovens, que estão o tempo todo conectados”. O uso dessas plataformas permite levar informação de forma acessível, direta e constante.

O envolvimento da equipe multiprofissional também foi citado como fator facilitador para o sucesso das ações. E15 destacou: “quando todos da equipe estão engajados, as ações fluem melhor. Cada um contribui de uma forma diferente, e o paciente sente essa união”. A integração entre profissionais de diferentes áreas permite um atendimento mais amplo e eficaz, especialmente no acompanhamento de casos mais complexos.

Quanto ao acolhimento de populações vulneráveis, como a comunidade LGBTQIA+, os profissionais apontaram a necessidade de capacitação específica e sensibilização da equipe. E08 afirmou: “a gente ainda vê muito preconceito, inclusive entre colegas. Precisamos de formação

continua sobre diversidade e saúde sexual. Não adianta só ter cartaz na parede se o atendimento continua excludente”.

Entre as sugestões para melhoria, destacou-se a importância de mais capacitações e atualizações sobre ISTs. E10 declarou: “às vezes nos sentimos despreparados para lidar com algumas situações delicadas. Uma formação continuada ajudaria muito no acolhimento e na orientação correta”. Outro ponto levantado foi a ampliação do horário de funcionamento das unidades, especialmente para quem trabalha em horário comercial. E06 explicou: “muita gente não consegue vir durante o dia. Isso limita o acesso aos testes e orientações”.

Além disso, os entrevistados reforçaram a necessidade de ações intersetoriais e comunitárias. E04 sugeriu: “se pudéssemos trabalhar junto com escolas, centros culturais, igrejas, o alcance seria muito maior. Sozinhos não conseguimos atender toda a demanda”. A fala de E13 destacou que a sexualidade ainda é um tabu em muitos contextos: “tem paciente que nem consegue falar as palavras direito. O medo e a vergonha são muito grandes”.

A ausência de apoio psicológico para pacientes diagnosticados com ISTs também foi apontada como uma falha na rede de atenção. E11 relatou: “muitos pacientes entram em crise ao receber o diagnóstico. Precisam de apoio psicológico, mas nem sempre temos esse recurso disponível na unidade”. Outro aspecto relevante foi a resistência ao uso de preservativos, principalmente entre casais fixos. E07 comentou: “tem casais que acham que não precisam usar, mesmo sem fazer exames regularmente. Confiam um no outro, mas nem sempre têm certeza do histórico”.

Por fim, os profissionais entrevistados reforçaram que a informação é a principal aliada no combate às ISTs. A fala de E01 resume esse entendimento: “quanto mais informada a população estiver, menos vulnerável ela será. A gente precisa insistir na educação em saúde”. A prevenção, segundo os relatos, passa pela escuta ativa, pelo respeito às diversidades e pelo compromisso constante com a formação e orientação da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que os profissionais da saúde pública enfrentam uma ampla gama de desafios no enfrentamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), que vão muito além das dificuldades clínicas. As barreiras identificadas abrangem desde limitações estruturais - como a escassez de insumos, sobrecarga de trabalho e falta de recursos humanos -

até aspectos socioculturais profundamente enraizados, como o preconceito, a desinformação, o estigma e o tabu em torno da sexualidade. Esses fatores, somados, comprometem a efetividade das ações preventivas e o acesso da população a um cuidado integral, acolhedor e resolutivo.

Apesar das adversidades, a atuação dos profissionais de saúde tem se destacado por meio de estratégias criativas, adaptadas às realidades locais e centradas na escuta e no acolhimento dos usuários. Iniciativas como o uso das redes sociais para disseminação de informações, a realização de atividades educativas em escolas, a promoção do acolhimento humanizado e a construção de parcerias intersetoriais demonstram o compromisso desses profissionais com a promoção da saúde sexual e a redução das ISTs. Essas estratégias mostram que, mesmo diante da ausência de políticas públicas robustas e contínuas, há disposição e sensibilidade por parte das equipes para enfrentar o problema de forma proativa.

No entanto, os dados apontam para a necessidade de reformular e fortalecer a abordagem das ISTs no campo da saúde pública. É imprescindível investir na formação continuada das equipes, garantindo que os profissionais estejam capacitados para lidar com a diversidade de contextos e identidades. Além disso, é fundamental assegurar a regularidade e disponibilidade de insumos básicos, como preservativos e testes rápidos, e ampliar o acesso da população aos serviços de saúde por meio da flexibilização dos horários de atendimento e da descentralização das ações. O enfrentamento das ISTs não deve ser restrito a momentos pontuais, como campanhas em datas comemorativas, mas sim estruturado de forma contínua, transversal e articulada com outros setores sociais, especialmente a educação.

Dessa forma, conclui-se que o combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis exige mais do que o engajamento individual dos profissionais de saúde: requer o comprometimento efetivo das gestões públicas, o envolvimento ativo da sociedade civil e a construção de espaços educativos permanentes que abordem a sexualidade de maneira aberta, inclusiva e sem preconceitos. Somente por meio de um esforço coletivo e sustentado será possível avançar na prevenção, fortalecer a rede de atenção à saúde sexual e reprodutiva, e garantir que o direito à saúde seja efetivamente assegurado a toda a população, sem distinções ou barreiras.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. F. *et al.* Tecnologias educativas na prevenção e cuidados de IST em populações de mulheres trans e travestis: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 6, p. e2504, 25 jun. 2022.

ALBUQUERQUE, N. L. N. *et al.* Tecnologias Educacionais Digitais para abordagem da Sífilis e instrumentalização de profissionais de saúde. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 0313–0328, 2022.

BRITO, Clara Kelliany Rodrigues de; SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do. DA CRISE HUMANITÁRIA EM RAZÃO DO BLOQUEIO ECONÔMICO DOS EUA SOBRE A VENEZUELA DENUNCIADO NA OMC: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DOS DIREITOS HUMANOS. *Revista Brasileira de Direito Internacional*, Florianópolis, Brasil, v. 7, n. 2, p. 111–131, 2022. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-0219/2021.v7i2.8457. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/direitointernacional/article/view/8457>

CARVALHO, I. S. *et al.* Tecnologias educacionais sobre infecções sexualmente transmissíveis para mulheres encarceradas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.**, 2020.

COSTA, A. B. S. *et al.* The use of educational technologies in sexual health education with adolescents. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. e29812240300, 2023.

CUNHA, V. A.; CRUZ, A. K. B. S. da. O USO DA GAMIFICAÇÃO COMO AUXÍLIO NA PREVENÇÃO DE ISTs: um protótipo de aplicativo como ferramenta de aprendizagem na educação sexual do adolescente. **Revista de Estudos Multidisciplinares UNDB**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2022.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira; MENEZES, Sady Júnior Martins da Costa de. Programa de Educação Tutorial (PET): perspectivas históricas, fundamentos e as contribuições para a minimização da evasão estudantil no nível superior. *Cadernos Cajuína*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e1088, 2025. DOI: 10.52641/cadcajv10i3.1088.

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, GOMES, O. V. O. Saúde mental e esgotamento profissional: um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de burnout entre profissionais da saúde. **Boletim de Conjuntura Boca**, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10198981>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES, P. L.; SILVA, R. T. . Applicability of the Servqual Scale for Analyzing the Perceived Quality of Public Health Services during the Covid-19 Pandemic in the Municipality of Três Rios/RJ, Brazil. *International Journal of Managerial Studies and Research (IJMSR)*, v. 12, p. 17-18, 2024. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.1208003>

Lima, L. A. O., Domingues Júnior, P. L., & Silva, L. L. (2024). Estresse ocupacional em período pandêmico e as relações existentes com os acidentes laborais: estudo de caso em uma indústria alimentícia. *RGO - Revista Gestão Organizacional*, 17(1), 34-47. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>.

LIMA, L. A. de O.; DOMINGUES JUNIOR, P. L. GOMES, O. V. de O. SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE CATADORES DE RECICLÁVEIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 9, 2025. DOI: 10.36692/V17N2-93R

LIMA, L. A. O; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS**, v. 14, p. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020>

LIMA, L. A. O. *et al.* Os desafios na formação de profissionais de saúde no Brasil. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, p. 05-15, 2025. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n5p05-15>

LIMA, L. A. O. *et al.* INFORMATIZAÇÃO EM SAÚDE: AVANÇOS TECNOLÓGICO E A MODERNIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE. *LUMEN ET VIRTUS*, v. 16, p. 5102-5111, 2025. <https://doi.org/10.56238/levv16n48-042>

LIMA, L. A. O. *et al.* GESTÃO HUMANIZADA EM SAÚDE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO. *LUMEN ET VIRTUS*, v. 16, p. 1009-1019, 2025. <https://doi.org/10.56238/levv16n45-027>